



NACIONALISMO OU GOVERNO MUNDIAL - FALSO DILEMA

Roberto Miscow Filho

Cada vez mais, a "defesa nacional", não apenas a de nosso País como também a de todos os países componentes do mundo moderno, depende dos lances do xadrez da Política Internacional. Superficialmente, o que se observa é o choque, o conflito de interesses econômicos visceralmente opostos ou, pelo menos, de difícil conciliação; entretanto, no âmago do problema permanece, de fato, o firme desejo de cada nação sobreviver, conservando sua identidade, seus patrimônios físico e cultural. É, portanto, um problema fundamentalmente *político*.

Ao analisar o agudo problema armado pelo conflito de interesses das nações, o observador político pode ser levado a procurar solução em uma de duas alternativas: ou buscar saída mantendo intangível a concepção nacionalista (que

atualmente é o alicerce político de *todos* os países do mundo) ou formular nova concepção sinteticamente definida como o estabelecimento de um governo mundial, soberano e acima de todas as nações.

Pretendemos, nesta simples "tentativa de ensaio", explicitar *opinião* afirmando que aquelas alternativas constituem um falso dilema.

Nacionalismo — "A Defesa Nacional" nº 707, de Maio-Junho/83, publicou um artigo ("Ética, Patriotismo e Profissão Militar") no qual abordamos as características do nacionalismo; naquele trabalho, para melhor ressaltar nossa análise da concepção nacionalista, apresentamos como exemplos os casos extremos do nazismo alemão e do comunismo soviético. Tais exemplos, porém, não esgotam o

conjunto dos tipos de nacionalismo que constituem o moderno mundo político.

Existe, hoje em dia, um amplo espectro de nacionalismos que vão desde o mais canhestro e incipiente até o mais orgulhoso e auto-suficiente. A origem étnica, a formação histórica, a cultura, enfim, de cada país poderão nos dizer a qual deles cabe um destes nacionalismos adjetivados.

Escrevemos "hoje em dia" porque houve tempos em que existia o patriotismo porém desconheciasse a postura, o feitio psicológico, a mentalidade coletiva a que damos o nome de "nacionalismo". A guerra era sanguinolenta e feroz. Terminada a luta, porém, os inimigos da véspera podiam reconciliar-se com o mesmo desembaraço que haviam mostrado no entrevero! Em recente programa musical de uma série exibida por uma emissora carioca de televisão, o famoso violinista judeu Yehudi Menuhin, referindo-se à Idade Média, lembrava-nos que em tal época a Europa não oferecia obstáculos ao trânsito das pessoas; o homem comum podia deslocar-se de uma região para outra, de um país para outro, sem o incômodo de sentir-se estrangeiro, intruso, indesejável. Havia uma densa atmosfera de unidade cultural que predominava sobre as diferenças de país, língua e costumes. Aliás, quanto a essa facilidade de deslocamento, é de se notar que em tempos mais recentes, na Europa da chamada "belle époque", somente a Rússia czarista exigia a apresentação de passaporte ao turista desejoso de conhe-

cer o país das insidias geladas.

Hoje, além da exigência do passaporte, temos generalizados no mundo severas fiscalizações de fronteira, barreiras alfandegárias, protecionismos, boicotes econômicos, propaganda cultural dirigida, espionagem sistemática e permanente etc — um rol de posturas e procedimentos predispondo continuamente os países uns contra os outros, cada um procurando estruturar sua política externa sobre um nacionalismo ora mais ora menos intransigente.

Ora, a crise econômico-financeira que desde o início da década de 70 vem perturbando a vida dos países poderia ter propiciado o fio de Ariadne para nos tirar do complicado labirinto constituído pelos nacionalismos em permanente conflitos. Escrevemos: "poderia" pois, infelizmente, achamos que essa oportunidade não foi e não tem sido aproveitada pelos dirigentes das nações. Em apoio à nossa opinião citamos fato ocorrido em 1982. Naquele ano, ilustre governante de uma das grandes potências fez um famoso discurso no qual abordava o panorama da crise e aventava sugestões para resolvê-la; tal discurso sugeria, inclusive, a montagem de uma exposição internacional, a ser realizada no país daquele estadista.

Quando soubemos da grande repercussão do prolapado discurso, procuramos obter cópia da tradução; é um conjunto de vinte e seis laudas, espaço duplo. Infelizmente, terminamos a leitura com uma impressão de vazio, de frustração. Até mesmo a idéia da exposição

internacional não era novidade; no início deste século ocorreu semelhante evento e, menos de quinze anos depois, explodia a primeira grande guerra mundial... Exposições são muito interessantes, porém não gozam de poderes pacificadores.

Dizemos que o discurso deixou-nos frustrados não porque lhe faltassem idéias objetivas e claras, nem por deixar de fazer críticas justas e oportunas. Sentimo-nos frustrados como se alguém estivesse tentando contar-nos o romance Moby Dick sem falar na baleia, isto é, sem referir-se ao terrível inimigo do capitão Ahab. Não estamos exagerando; vemos à nossa frente um documento no qual, com justiça, se apontam os desequilíbrios iníquos entre países muito ricos e países muito pobres, entre povos bem desenvolvidos e povos subdesenvolvidos. Perguntamos, então:

— Em nome de que, "au nom du quoi", tais desequilíbrios devem ser corrigidos?

— Não admitimos *todos*, a priori, a regra do jogo, ou seja: não aceitamos de início o pressuposto da validade do nacionalismo como base da política externa das nações?

— Não concordamos *todos* em agir mais praticamente, fazendo vista grossa para os princípios éticos?

Como tentativa para corrigir, ao menos parcialmente, tais desequilíbrios, sucedem-se conferências, reuniões econômicas de alto nível. Referindo-se a uma dessas conferências em artigo bem recente pu-

blicado nesta revista ("O Ser e o Não Ser do TIAR" — in "A Defesa Nacional", nº 713 — Mai/Jun-84), escreveu a ilustre Professora Therezinha de Castro: "*O Diálogo Norte-Sul de Cancún de nada adiantou, a não ser através das múltiplas promessas de se continuar conversando.*" A professora usou um comentário sóbrio, conciso, por trás do qual, entretanto, podemos (advinhar o consenso de todos nós ou seja: os interesses opostos dos nacionalismos agem como forte contrapeso na balança das relações internacionais.

Negar a pesada inércia do nacionalismo na política internacional, achamos nós, é como tentar tapar o sol com a peneira, e peneira de malha grossa. O nacionalismo conduz naturalmente a uma posição infensa à generosidade. Por exemplo: duas vezes os Estados Unidos saíram de um acomodado isolacionismo para comandar grandes guerras destinadas (pelo menos a isso se propunham) a restaurar a ordem mundial prejudicada pela prepotência e/ou pelo fanatismo. Porém, só o fizeram, isto é, somente pegaram em armas depois do Lusitânia torpedeado e depois de Pearl Harbour bombardeada, respectivamente na primeira e na segunda guerra mundial.

Alguns parágrafos acima, referimo nos à crise econômica-financeira que castiga o mundo desde o início dos anos 70. Tratando-se de um problema econômico, seria oportuno lembrar o que E. F. Schumacher escreveu no livro "Small is Beautiful" (traduzido no Brasil sob o título "O Negócio é Ser Pe-

queno"). Em um dos capítulos do seu inteligente "manual de economia", Schumacher lembra-nos uma realidade geológica do planeta no qual viajamos: as riquezas minerais, isto é, aquelas não-renováveis e que, por razões óbvias, constituem o patrimônio mais estratégico dos povos, estão muito desigualmente distribuídas no subsolo do globo. Ora, junte-se ao determinismo geológico apontado pelo economista inglês as seguintes circunstâncias:

— O crescimento industrial *exageradamente* acelerado logo após o término da segunda guerra mundial, crescimento esse inicialmente ocorrido nos países mais desenvolvidos, seguido depois pelos países em desenvolvimento, desejosos de gozarem também das vantagens do progresso tecnológico;

— A ávida procura de matérias primas, necessárias à voracidade do processo industrial referido acima;

— O surgimento de muitas nações independentes criando, com o novo "status" político, maiores problemas de suprimento para os países que anteriormente eram os colonizadores —

junte-se, pois, tais circunstâncias e chega-se ao nível paroxístico do conflito de interesses.

Em face desse quadro de choques e lutas por sobrevivência, um posicionamento nacionalista pode, talvez, achar que a solução para o problema seja: ou a política de conquista (pela força ou pela astúcia), ou a política de conchavo ou arreglo. E depois surgem discursos patéticos onde se formulam queixas e acusações. "Au nom du

quoi?". Para agravar o problema, continua a solerte propaganda socialista-comunista açulando o ressentimento (que é, aliás, um dos componentes do nacionalismo dos subdesenvolvidos) contra os países ricos.

Ora, sempre que persiste uma situação viciosa, sempre que permanece por muito tempo um quadro político-social marcado por um certo tipo de erro, surge o risco de procurar-se corrigir tal situação por meio de um movimento do tipo pendular, isto é, passando para o erro oposto. Assim sendo, o zelo de amargura gerado pelo desencontro neurótico dos nacionalismos pode levar pessoas comuns ou pensadores políticos a conceberem ou até mesmo desejarem uma nova ordem universal capaz de acabar, de uma vez para sempre, com a injusta distribuição do progresso material e do bem estar correspondente.

Governo mundial

Desde os albores da filosofia grega (a primeira que soube realmente organizar o pensamento especulativo) buscaram os filósofos a definição do regime político perfeito. Essa procura de uma síntese política continuou ocupando a elocubração dos pensadores através dos séculos chegando até a "grande clarté" da Idade Média. Tivemos naquela época, por exemplo, a concepção do inquieto florentino Dante Alighieri imaginando o governo de um Monarca Universal, um Imperador, capaz de opor-se à teocracia

e às ambições dos reinos particulares. Um governo bem ao gosto do temperamental poeta.

No século dezoito, dentro do ambiente esotérico das "sociedades de pensamento", surge a idéia da Cosmópolis, a república-universal dos "irmãos", unidos em torno de palavras-chave: humanidade, filantropia, beneficência e cosmopolitismo. É sobejamente conhecido o papel histórico dessas sociedades de pensamento nas transformações políticas da Inglaterra, das 13 colônias norte-americanas, da França e, depois, através de uma propaganda avassaladora, na independência das colônias espanholas e portuguesa na América. Fato curioso, quase paradoxal, é o de aquelas palavras-chave e aquela doutrina esotérica, que tanto alardeavam a fraternidade universal, terem plantado na maioria das jovens nações independentes a semente do mais exclusivista e altivo nacionalismo...

Ora, ao término da hecatombe da primeira guerra mundial, o idealismo de um woodrow wilson contribuiu para o surgimento da chamada "Liga das Nações". É claro, não se buscava obter "tout court" um governo mundial; podemos, entretanto, adivinhar no plano de fundo daquele organismo a crença na eficácia de um poder central capaz de agir como elemento corretivo ou preventivo dos conflitos entre as nações.

A segunda guerra mundial comprovou a ineficácia da Liga e, da nova hecatombe, surge a Organização das Nações Unidas. Os defensores mais entusiasmados da ONU

podem citar vários casos em que esse organismo político internacional agiu de modo exemplar, cumprindo com acerto sua missão de manter a paz no mundo, mesmo quando teve de usar a força para atingir aquele objetivo. Por exemplo, a guerra da Coréia terminou de modo mais feliz (ou mais conveniente) que o conflito longo, extenuante e trágico do Vietnam. Entretanto, no caso da Coréia, achamos que não deve ser olvidada a ação individual, a presença *peçoal*, obstinada e viril do ínclito General Mac Arthur, mesmo quando teve de sofrer a punição da perda do comando porque preferia uma estratégia menos propensa a fazer concessões ao inimigo.

A referência, no parágrafo anterior, às lutas travadas contra forças comunistas poderia sugerir que um organismo mundial como a ONU teria de enfrentar como perigo latente apenas a indiscutível expansão vermelha marxista-comunista no mundo atual. O perigo dessa expansão existe; ela, entretanto, é planejada e comandada por países fortemente nacionalistas, nacionalismo vermelho porém sempre nacionalismo. Na sombra da visível ameaça comunista, todavia, permanece outra ameaça, mais velada: a da procura de um governo mundial, um super-poder capaz de controlar todos os desejos e todas as necessidades do homem comum, um poder central onisciente e onipresente. A descrição desse governo tirânico e lúgubre aparece muito bem expressa no romance "1984", de George Orwell; edita-

do em 1949, esse romance pinta em cores fortes e realistas o que pode significar o paroxismo do poder centralizado. Entretanto, já em 1840, Alexis de Tocqueville, na última parte do seu livro "La Democratie en Amérique", já deixava entrever uma imagem profética semelhante à de Orwell (aliás, o livro de Tocqueville valeu-lhe a admissão à Academia Francesa em 1841).

Em declaração pública recente, a Sra. Primeira Ministra inglesa, referindo-se ao livro de Orwell, teria afirmado que o desorientado escritor havia se equivocado porquanto, neste corrente ano de 1984, não só na Grã-Bretanha como na maior parte do mundo, as pessoas gozam de todas as franquias individuais, sendo respeitados, na maior parte dos países, todos os direitos do homem. Com todo o respeito que merece a opinião de tão ilustre Dama, pedimos vênua para discordar do seu otimismo. O romance de Orwell chama-se "1984" como poderia ter sido chamado "1985" ou "2001" ou "3057"; o que o romancista quis retratar foi um perigo *latente*. Aqui, em nosso País, o saudoso Brigadeiro Eduardo Gomes, em suas memoráveis campanhas políticas, costumava citar a seguinte frase de um grande ensaísta conterrâneo da Sra. Primeira Ministra:

"O preço da liberdade é a eterna vigilância"

(G.K. Chesterton)

Essa frase tanto pode prevenir-nos contra tiranias particulares, nos governos de cada país, como também prevenir-nos contra a insídia

de um regime totalitário de dimensões mundiais, perto do qual as atuais ditaduras marxistas-comunistas seriam meros estágios de aprendizado na técnica de escravizar o homem.

A quem achar que exageramos ao apontar o perigo de um totalitarismo mundial, pedimos que observe, por exemplo, a imensa quantidade de pessoas que formam sua opinião, que adotam padrões de valores, que se julgam conhecedoras de fatos e de pessoas — tudo isso a partir do que vêem nas telas de televisão e do que lêem em revistas noticiosas. Perguntamos:

— Essa enxurrada de informações, quando não contrabalanceada por um genuíno processo educativo, não acabará embotando a sensibilidade para os valores éticos, atrofiando a capacidade de pensar, desarmando o homem comum ante a ameaça sorrateira do controle centralizado das mentes.

Este é um dos motivos pelos quais a formação básica, o curso secundário, em boa pedagogia, deve ser generalista e liberal, isto é, sem compromisso com imediatismos pragmáticos, sem forçar o estudante a decisões prematuras quanto à escolha de uma profissão. Um curso secundário bem orientado deveria desenvolver nos jovens "habitus" (não confundir com *hábitos*) tais como: o "habitus" da leitura refletida, o da sensibilidade para os valores éticos e para os valores estéticos, o da coragem física e, principalmente, o da coragem moral!

O jovem educado dessa forma possivelmente estará menos propenso a entregar sua liberdade em troca dos pequenos confortos de uma vida "bem comportada" oferecida por um regime despótico, seja esse regime vermelho ou branco.

Ao contrário, o moço cuja educação básica tenha sido dirigida para o utilitarismo, cuja formação tenha sido orientada apenas para a "luta-pela-vida", esse moço poderá tornar-se insensível ao envolvimento solerte do Estado Total.

A quem achar ainda que estamos exagerando, pedimos que observe a enorme quantidade de pessoas adultas, instruídas, democráticas (...) que se extasiam diante dos resultados olímpicos dos atletas cubanos e diante dos êxitos sociais da China Vermelha...

Conclusão — Ao longo deste trabalho procuramos estabelecer o *esboço* do confronto entre duas alternativas que, a nosso ver, constituem um falso dilema. Consideramos falso dilema pois, em qualquer das alternativas, o Bem Comum sai prejudicado, seja o Bem Comum dos países e dos povos em conjunto, seja o Bem Comum de cada país e cada povo em particular.

Antes de continuar, cabe uma ressalva. Qualquer um de nós sabe que a finalidade de um relógio é marcar corretamente as horas e que a finalidade de um fuzil é dirigir com precisão a bala até o corpo do inimigo. Ora, para que o conceito de *Bem Comum* não seja apenas "*flatus vocis*", para que tal conceito tenha consistência, é ne-

cessário, previamente, respondermos à seguinte pergunta:

— "*Qual a finalidade do ser humano?*"

Da resposta a essa questão decorrerá uma filosofia política capaz ou não de responder aos difíceis problemas da política internacional e da política interna de cada país. Feita essa ressalva, continuamos.

Em um artigo recente ("*Segurança Nacional e Sociedade Solidária*" — pub. in "*A Defesa Nacional*", nº 713, Mai-Jun/84) o Sr. Major Brigadeiro (RR) Luiz Carlos Aliandro fez as seguintes afirmativas:

"A presente crise econômica é mundial, significando, pela sua globalidade, que ela não é produto de modelos econômicos, pois atinge, países de políticas e sistemas diversos. Chegou-se a um ponto de inflexão, no qual haverá de ser efetuada uma análise dos erros cometidos, tanto em escala mundial, como no âmbito interno de cada país". (grifos nossos).

Tais afirmativas (se a nós for permitido interpretar o pensamento do Sr. Brigadeiro Aliandro) deixam entre ver a angustiada expectativa que envolve os corações e as mentes nesse final do século XX. Tanto no que se refere à concepção nacionalista como no que tange à idéia de um governo mundial, achamos que o largo espaço de tempo decorrido da Renascença até nossos dias — entre o pessimismo radical de um Maquiavel até o pessimismo não menos radical de um Karl Marx — esse longo intervalo de observação já foi suficiente

para nos demonstrar que a suspeita "legalizada", a desconfiança sistemática contra a natureza humana só vem produzindo frutos amargos, com o gosto de sofrimento e morte injustos (bastaria lembrar: a guilhotina insaciável no Regime do Terror, os fornos crematórios do Nazismo e o arquipélago Gulag...).

O ponto de inflexão referido pelo articulista supracitado, acreditamos nós, deve ser uma transformação de *mentalidade*, transformação essa inspirada no princípio de que a vida humana só tem explicação conclusiva a partir da crença na existência de um destino transcendente, única saída para o inevitável encontro com a morte e, mais que isso, única justificativa para uma vida repleta de sofrimento. Mísero consolo é o de contar apenas com a garantia da saudade na lembrança dos que vão permanecer vivos... Aliás é bizarro, esdrúxulo o espetáculo das pompas fúnebres que se realizam em Moscou quando morre um dirigente do regime soviético, regime aquele organizado sobre a própria negação da transcendência do homem.

E esse, a nosso ver, é o maior drama dos países do Ocidente. Nós, ocidentais, não mantemos, com respeito à crença no destino transcendente do ser humano, a mesma posição fechada, preconceituosa e hostil dos regimes comunistas; entretanto, vimos enfrentando nossos problemas político-sociais (educação, ecologia, justiça punitiva, produção agrícola, demografia etc) de modo frag-

mentário, desconexo, incompleto e superficial — porque ainda não reencontramos as raízes das nossas melhores tradições culturais, as únicas capazes de conferir *unidade* e *coerência* aos planejamentos a serviço do Bem Comum, seja ele o Bem Comum das nações em geral ou o de cada nação em particular.

Como amostra da mentalidade que vem presidindo tais planejamentos, citamos a seguinte declaração do Sr. Lyndon Johnson, feita na Assembléia Geral da ONU, em 25 de junho de 1965:

"Vamos agir tendo em vista que menos de cinco dólares investidos em uma política de controle da natalidade gera mais resultados que cem dólares investidos em uma política de desenvolvimento econômico."

Vemos, nessas palavras, nitidamente, uma diretriz política dominada pelo fator econômico, política divorciada da Ética, política alheia ao Direito Natural. Depois, os próprios países desenvolvidos queixam-se do aumento da taxa de criminalidade, da corrupção etc. Esqueceu-se de que a Ética é um todo orgânico; quando se fere apenas uma célula, o organismo todo é ferido!

Com respeito à criminalidade nos Estados Unidos, vale a pena lembrar a entrevista de Mansour Chalita, publicada em O Globo de 20 de janeiro de 1981, na qual o escritor nos relata que o governo do Presidente Lyndon Johnson resolveu aplicar a tese de que "o homem nasce bom e a sociedade o corrompe", e que assim, para acabar com os crimes bastaria gastar

dinheiro "para melhorar a sorte das *vítimas* da sociedade". E, pergunta-nos Chalita, "quais foram os frutos desse estatismo destinado a melhorar as condições sociais e diminuir ou suprimir os atos criminosos? Os Estados Unidos são hoje um dos países de maior índice de criminalidade do mundo. Os crimes violentos nos Estados Unidos — acrescenta o escritor — aumentaram em mais de duzentos (200) por cento nos últimos dez anos, enquanto a população aumentava apenas quinze (15) por cento!" (in *O Globo* — 20 jan 81). (grifo nosso).

Semelhantes equívocos acabam levando os países ocidentais a enredar-se em estranhos paradoxos.

Um exemplo dos muitos paradoxos com que se atrapalha o Ocidente é o movimento pacifista; cada vez mais ativos, os adeptos do pacifismo combatem a corrida nuclear, baseados porém no mesmo pressuposto que anima os responsáveis pela corrida nuclear, qual seja: o pressuposto de que os problemas humanos possam ser resolvidos unicamente no plano horizontal, dentro do círculo estreito do imanentismo.

Pacifistas e belicistas separam-se nas ações, porém estão unidos nas motivações...

Alguns parágrafos acima, falamos em mudança de mentalidade como solução para fugir ao falso dilema que dá o título ao presente trabalho. Obviamente, não é uma solução cartesiana, luminosa e simples como a prova de um teorema matemático pois, no terreno da política, existe um imenso interva-

lo entre as idéias e sua realização prática, intervalo aquele ocupado pela vanglória, pela preguiça, pela ambição de poder, pela acomodação, pelo apego ao prestígio, pela procura exagerada de segurança etc — um mar de obstáculos e tentações no qual podem naufragar os melhores ideais. E, convém lembrar, *todos* somos solidários nessa procura de solução: até mesmo a mediocridade e o comodismo dos que não são políticos "stricto sensu", mesmo a indiferença e o egoísmo do homem comum, pesam, e muito, na balança das decisões. Como pesam também, graças a Deus, a coragem e a generosidade!

Ao término desta (como disse-mos no início) "tentativa de ensaio", não entregamos ao leitor outra coisa que não fosse apenas um conjunto de idéias, idéias há muito tempo meditadas por um interessado espectador do mundo contemporâneo. Não temos ilusão sobre o modo como uma análise pragmática poderia avaliar este desprezioso trabalho. Advinhamos, mesmo, possíveis perguntas de um leitor mais ativo e menos reflexivo:

— *Para que refletir sobre o assunto? Não será mais cômodo aceitar as relações internacionais como elas estão? Não será mais fácil adaptar-se ao mundo do jeito que ele é? Por que não pensar apenas em nossos deveres individuais já prefixados?*

Respondemos contando a seguinte passagem ocorrida quase no fim da segunda guerra mundial. Reuniam-se, na Europa não ocupa-

da, dirigentes das Nações Aliadas; de repente, alguém fez uma referência ao Papa. Ao que, imediatamente, retrucou Stalin:

“— O Papa? Quantas divisões blindadas tem o Papa?”

Existem perguntas e perguntas. A

pergunta de Alice à irmã que lia no jardim: “para que serve um livro sem figuras?” revela a cândida ignorância infantil; a pergunta do tirano soviético mostra a que ponto pode conduzir a rude simplificação do espírito pragmático.



O Cel. ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Ensino e Pesquisa do Instituto Militar de Engenharia (IME).